



CITIBANK, N.A. – FILIAL BRASILEIRA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM BRGAAP
30 DE JUNHO DE 2023**

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 para contas patrimoniais e semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 para contas de resultado, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Entidade apresentou no semestre findo em 30 de junho de 2023 um lucro líquido de R\$ 177.287 (2022 - R\$ 184.962), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 5,60% (2022 - 11,40%). Em 30 de junho de 2023, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,53% (31/12/2022 - 13,76%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No período findo em 30 de junho de 2023 a Entidade não pagou juros sobre o capital próprio (31/12/2022 - R\$ 380.000) e não distribuiu dividendos (31/12/2022 - R\$ 0).

Capital Social: Em 2022 a Entidade resolveu aumentar o Capital Social de R\$ 4.100.249 para R\$ 4.423.249, sem emissão de novas ações, mediante aporte, em espécie, pelo Citibank N.A. de capital no valor de R\$ 323.000 efetuado em 27 de dezembro de 2022.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente no nível do controlador Citigroup Inc. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 28 de agosto de 2023.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

Marcelo Marangon - **Representante Legal**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Ativo			
Disponibilidades	4	28.661	9.005
Ativos financeiros		17.412.213	17.842.359
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	10.001.637	10.070.375
Aplicações em operações compromissadas		2.786.999	2.955.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros		7.214.638	7.114.876
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	5.084.675	4.886.948
Carteira própria		997.053	841.016
Instrumentos financeiros derivativos		2.112.200	2.379.178
Vinculados ao banco central		—	370.089
Vinculados à prestação de garantias		1.975.422	1.296.665
Relações interfinanceiras	24.b	2.307.118	2.858.370
Correspondentes no país		2.307.118	2.858.370
Operações de crédito	8	18.783	26.666
Operações de crédito - setor privado		18.794	26.677
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)		(11)	(11)
Outros ativos		443.429	460.350
Rendas a receber		10.145	17.362
Ativo fiscal corrente	9	25	8.479
Ativo fiscal diferido	9	45.688	62.179
Diversos	10	385.442	372.330
Despesas antecipadas		2.129	—
Permanente		28.840	28.840
Investimentos		223	223
Outros investimentos	11	223	223
Imobilizado de uso	12	28.617	28.617
Imóveis de uso		32.294	32.290
Outras imobilizações de uso		569	573
(Depreciações acumuladas)		(4.246)	(4.246)
Total do Ativo		17.913.143	18.340.554
Passivo			
Passivos Financeiros		8.933.800	9.055.398
Relações interdependências		132	172
Recursos em trânsito de terceiros		132	172
Obrigações por empréstimos	13.a	6.325.068	6.637.347
Empréstimos no exterior		6.325.068	6.637.347
Obrigações por repasses do exterior	13.b	123.076	131.893
Repasses do exterior		123.076	131.893
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.485.524	2.285.986
Instrumentos financeiros derivativos		2.485.524	2.285.986
Passivos fiscais	14	176.049	111.476
Corrente		96.115	36.167
Diferido		79.934	75.309
Provisões	15	100.140	94.914
Outros passivos		2.308.304	2.860.163
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		—	50
Diversas	15	2.308.304	2.860.113
Patrimônio líquido	17	6.394.850	6.218.603
Capital social - de domiciliados no exterior		4.423.249	4.423.249
Reservas de lucros		1.809.614	1.800.750
Outros resultados abrangentes		(6.436)	(5.396)
Lucros acumulados		168.423	—
Total do Passivo		17.913.143	18.340.554

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Semestres	
		2023	2022
Receitas da intermediação financeira		445.100	253.226
Operações de crédito	8.g	1.746	692
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	827.419	531.500
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(898.670)	(434.979)
Resultado de operações de câmbio		514.605	156.013
Despesas da intermediação financeira		(218.497)	(11.113)
Operações de empréstimos e repasses	13.c	(218.497)	(11.113)
Resultado da intermediação financeira		226.603	242.113
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.f	—	7
Outras receitas/(despesas) operacionais		73.820	70.987
Receitas de prestação de serviços	18	89.043	85.269
Despesas de pessoal		(199)	(67)
Outras despesas administrativas	19	(13.039)	(12.085)
Despesas tributárias		(17.597)	(17.525)
Resultado de provisão para passivos contingentes	20.a	(3.268)	(3.093)
Outras receitas operacionais	20.b	22.052	20.026
Outras despesas operacionais	20.b	(3.172)	(1.538)
Resultado operacional		300.423	313.107
Resultado não operacional	24.e	21.905	21.542
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		322.328	334.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	21	(145.041)	(149.687)
Provisão para imposto de renda		(78.890)	(79.105)
Provisão para contribuição social		(44.185)	(44.306)
Ativo fiscal diferido		(21.966)	(26.276)
Lucro líquido		177.287	184.962

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Semestres	
	2023	2022
Lucro líquido do período	177.287	184.962
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	22	157
Ativos financeiros disponíveis para venda	22	157
Ativos financeiros disponíveis para venda	40	285
Imposto de renda	(18)	(128)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro ou prejuízo:	(1.062)	611
Plano de benefícios a empregados	(1.062)	611
Plano de benefícios a empregados	(1.931)	1.111
Imposto de renda	869	(500)
Total do resultado abrangente do período	176.247	185.730

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento	Reserva	Reserva	Reservas			
		realizado	de capital	legal	estatutária	especiais de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.100.249	—	193.168	1.320.093	3.995	(4.315)	—	5.613.190
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	17.f	—	—	—	—	—	157	—	157
Outros resultados abrangentes – Benefícios a empregados líquido de impostos	17.f	—	—	—	—	—	611	—	611
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	—	184.962	184.962
Destinações:									
Reservas	17.b.c e d	—	—	9.248	—	—	—	(9.248)	—
Saldos em 30 de junho de 2022		4.100.249	—	202.416	1.320.093	3.995	(3.547)	175.714	5.798.920
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.100.249	323.000	226.346	1.570.411	3.993	(5.396)	—	6.218.603
Aumento de capital		323.000	(323.000)	—	—	—	—	—	—
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	17.f	—	—	—	—	—	22	—	22
Outros resultados abrangentes – Benefícios a empregados líquido de impostos	17.f	—	—	—	—	—	(1.062)	—	(1.062)
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	—	177.287	177.287
Destinações:									
Reservas	17.b.c e d	—	—	8.864	—	—	—	(8.864)	—
Juros sobre capital próprio	17.e	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2023		4.423.249	—	235.210	1.570.411	3.993	(6.436)	168.423	6.394.850

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Semestres	
		2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido		177.287	184.962
Ajustes ao lucro líquido		18.071	21.205
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.f	—	(7)
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros	16.b	3.268	3.093
Variação cambial		(7.190)	(7.829)
Outras provisões		27	(328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	21.966	26.276
Variações em ativos e passivos		(344.202)	5.018.841
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(99.762)	1.300.000
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(197.686)	589.799
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras/interdependências - ativo		551.252	(888.575)
(Aumento)/Redução em operações de crédito		5.988	(47)
(Aumento)/Redução em outros ativos		430	(25.298)
(Redução) em relações interfinanceiras/interdependências - passivo		(40)	(19)
Aumento em instrumentos financeiros derivativos - passivo		199.538	604.148
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(312.011)	2.467.849
Aumento em passivos fiscais		123.825	125.065
Aumento/(Redução) em outros passivos		(551.859)	887.817
Imposto de renda e contribuição social pagos		(63.877)	(41.898)
Caixa líquido originado em atividades operacionais		(148.844)	5.225.008
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(148.844)	5.225.008
Modificações na posição financeira			
Início do período		2.964.504	4.933.946
Fim do período	4	2.815.660	10.158.954
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(148.844)	5.225.008

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Citibank, N.A. – Filial Brasileira (Entidade), companhia de capital fechado, controlada pela Citibank, N.A. é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos bancos comerciais, inclusive as de câmbio.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 28 de agosto de 2023.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.924 em 1º de janeiro de 2022, são observadas as disposições do Pronunciamento Técnico – CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Desde a adoção não houve evento cujo tratamento contábil não esteja alinhado ao disposto na legislação tributária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

A partir de janeiro de 2023 o tratamento contábil das aplicações interfinanceiras de liquidez foi revisado de forma a contemplar os critérios de classificação de instrumentos financeiros na carteira de negociação ou carteira bancária previstos na Resolução BCB nº 111.

As operações vigentes classificadas na carteira bancária são demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado; quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações classificadas na carteira de negociação, com base no artigo 5º da Resolução BCB nº 111, são marcadas a valor de mercado quando a instituição detém compromissos de revenda de títulos negociados em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, cujos títulos recebidos como lastro tenham sido vendidos em definitivo.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos e debêntures são apurados segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento e consideram na precificação o risco de crédito. Para títulos privados que não possuem preços indicativos ou observáveis no mercado, os preços são definidos de acordo com metodologia definida pelo Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística, que podem exigir julgamento ou estimativa, que permitem a Entidade controlar estes fatores em títulos privados.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), seguindo as premissas da Circular Bacen nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente a operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros ativos financeiros em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

A Entidade constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de *rating* H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

h) Permanente

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo.

i) Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Obrigações por repasses no exterior

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Bacen.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e/ou segundo critérios da Administração que podem levar em consideração natureza, complexidade ou histórico das ações.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a Entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas, relevantes ou significantes, dependendo do valor do pedido.

As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações cíveis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Para a área de Corporate Bank, o valor limite das ações trabalhistas massificadas foi estendido de R\$500 para R\$ 800, considerando o efeito da inflação dos últimos 8 anos.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, a depender da avaliação dos consultores legais e/ou da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões".

I) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A partir de 1º de março de 2020, de acordo com o artigo 32 da Emenda Constitucional 103/19, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 20%. Posteriormente, por meio da promulgação da Lei nº 14.446/2022, a alíquota da CSLL foi majorada para 21% para bancos comerciais e de qualquer espécie. A alíquota majorada permaneceu em vigor de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para alíquota anterior em janeiro de 2023.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Entidade deve efetuar o registro contábil de ativos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, quando atender cumulativamente as seguintes condições:

- i. Expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e
- ii. Apresente histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

m) Plano de incentivos com base em ações

A Entidade participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que a Entidade efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

n) Benefícios pós-emprego

A Entidade participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. A Entidade também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados, essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Entidade em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

o) Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

p) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 24.f.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Reservas livres	1.014	2.863
Disponibilidades em moedas estrangeiras	27.647	6.142
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	2.786.999	2.955.499
Total	2.815.660	2.964.504

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2023	
	Até 3	
	meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	2.786.999	2.786.999
Posição bancada	2.786.999	2.786.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.786.999	2.786.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.214.638	7.214.638
Certificados de depósitos interfinanceiros	7.214.638	7.214.638
Total	10.001.637	10.001.637
	31/12/2022	
	Até 3	
	meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	2.955.499	2.955.499
Posição bancada	2.955.499	2.955.499
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.955.499	2.955.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.114.876	7.114.876
Certificados de depósitos interfinanceiros	7.114.876	7.114.876
Total	10.070.375	10.070.375

6. Títulos e valores mobiliários
a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

30/06/2023					
	Custo	Valor de	Até 3	De 3 a	De 1 a
Títulos para Negociação	Atualizado	mercado	meses	12 meses	3 anos
Carteira própria	994.842	997.053	356.517	428.495	212.041
Letras do Tesouro Nacional - LTN	994.842	997.053	356.517	428.495	212.041
Vinculado à prestação de garantias	1.652.394	1.661.261	—	587.569	1.073.816
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.652.394	1.661.261	—	587.569	1.073.816
Total	2.647.236	2.658.314	356.517	1.016.064	1.285.857

31/12/2022						
	Custo	Valor de	Até 3	De 3 a	De 1 a	De 3 a
Títulos para Negociação	Atualizado	mercado	meses	12 meses	3 anos	5 anos
Carteira própria	840.583	841.016	197.633	516.429	126.954	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	840.583	841.016	197.633	516.429	126.954	—
Vinculado à prestação de garantias	1.004.735	1.001.684	—	449.956	505.070	46.658
Letras do Tesouro Nacional - LTN	958.077	955.026	—	449.956	505.070	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN	46.658	46.658	—	—	—	46.658
Vinculados ao Banco Central	370.830	370.089	—	—	370.089	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	370.830	370.089	—	—	370.089	—
Total	2.216.148	2.212.789	197.633	966.385	1.002.113	46.658

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

30/06/2023			
	Custo	Valor de	De 3 a
Títulos Disponíveis para Venda	Atualizado	mercado	12 meses
Vinculados à prestação de garantias	314.249	314.161	314.161
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	314.249	314.161	314.161
Total	314.249	314.161	314.161

31/12/2022			
	Custo	Valor de	De 1 a
Títulos Disponíveis para Venda	Atualizado	mercado	3 anos
Vinculados à prestação de garantias	295.110	294.981	294.981
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	295.110	294.981	294.981
Total	295.110	294.981	294.981

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	Semestres	
	2023	2022
Contratos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez/compromissadas	641.228	443.931
Títulos de renda fixa	169.908	97.056
Outros ⁽¹⁾	16.283	(9.487)
Total	827.419	531.500

⁽¹⁾Referem-se ao resultado apurado com marcação à mercado dos títulos de renda fixa mantidos para negociação.

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, referente aos ganhos/(perdas) não realizados no período, deduzidos dos efeitos fiscais, foi de R\$ 22 (31/12/2022 - R\$ 277).

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Entidade não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.d.

7. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.

Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias e ações, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. Os cálculos das curvas de juros utilizam modelos auditados e aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo.

Para as opções, são utilizados modelos estatísticos que consideram a volatilidade do preço do ativo objeto e as taxas de juros representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos futuros e *swaps* negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps* proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem a Entidade controlar estes fatores em operações com instrumentos derivativos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa.

a) O quadro a seguir resume o valor referencial atualizado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos.

Negociação	30/06/2023				
	Valores referenciais dos contratos	Exposição no balanço patrimonial			
		Ativo		Passivo	
		Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Derivativos cambiais					
Contratos de NDF	165.931	5.411	6.283	(11.459)	(13.342)
Contratos de <i>swaps</i>	37.756.973	1.411.292	2.105.917	(1.945.164)	(2.472.182)
Total	37.922.904	1.416.703	2.112.200	(1.956.623)	(2.485.524)

Negociação	31/12/2022				
	Valores referenciais dos contratos	Exposição no balanço patrimonial			
		Ativo		Passivo	
		Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Derivativos cambiais					
Contratos de NDF	289.583	7.860	7.186	(11.626)	(10.063)
Contratos de <i>swaps</i>	74.982.200	2.297.330	2.371.992	(2.371.488)	(2.275.923)
Total	75.271.783	2.305.190	2.379.178	(2.383.114)	(2.285.986)

O valor referencial dos contratos de derivativos registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão montam R\$ 37.922.904 (31/12/2022 – R\$ 75.271.783).

b) O quadro a seguir resume o valor da exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos classificados de acordo com o prazo de vencimento, e seus respectivos valores de custo.

Negociação	30/06/2023				
	Vencimento				Custo atualizado
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Derivativos cambiais					
Contratos de NDF	(776)	(6.283)	—	(7.059)	(6.048)
Contratos de <i>swaps</i>	(362.242)	—	(4.023)	(366.265)	(533.872)
Total	(363.018)	(6.283)	(4.023)	(373.324)	(539.920)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

					31/12/2022
	Vencimento				
	Até	De 3 a	Acima de		Custo
Negociação	3 meses	12 meses	1 ano	Total	atualizado
Derivativos cambiais					
Contratos de NDF	(3.271)	394	—	(2.877)	(3.766)
Contratos de swaps	100.213	—	(4.144)	96.069	(74.158)
Total	96.942	394	(4.144)	93.192	(77.924)

c) O quadro a seguir resume o valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos.

Negociação	30/06/2023			
	Vencimento			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Derivativos cambiais				
Contratos de NDF	40.454	125.477	—	165.931
Contratos de swaps	6.587.280	4.789.993	26.379.700	37.756.973
Total	6.627.734	4.915.470	26.379.700	37.922.904

Negociação	31/12/2022			
	Vencimento			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Derivativos cambiais				
Contratos de NDF	136.595	152.988	—	289.583
Contratos de swaps	53.677.500	—	21.304.700	74.982.200
Total	53.814.095	152.988	21.304.700	75.271.783

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

	30/06/2023				
	Valores		Exposição no balanço patrimonial		
	referenciais dos contratos	Custo atualizado	Ativo Valor de mercado	Passivo Custo atualizado	Passivo Valor de mercado
Contratos de NDF	165.931	5.411	6.283	(11.459)	(13.342)
Pessoas jurídicas	165.931	5.411	6.283	(11.459)	(13.342)
Contratos de swaps	37.756.973	1.411.292	2.105.917	(1.945.164)	(2.472.182)
Pessoas jurídicas	37.756.973	1.411.292	2.105.917	(1.945.164)	(2.472.182)
Total	37.922.904	1.416.703	2.112.200	(1.956.623)	(2.485.524)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022				
	Exposição no balanço patrimonial				
	Valores	Ativo		Passivo	
	referenciais	Custo	Valor de	Custo	Valor de
	dos contratos	atualizado	mercado	atualizado	mercado
Contratos de NDF	289.583	7.860	7.186	(11.626)	(10.063)
Pessoas jurídicas	289.583	7.860	7.186	(11.626)	(10.063)
Contratos de swaps	74.982.200	2.297.330	2.371.992	(2.371.488)	(2.275.923)
Pessoas jurídicas	74.982.200	2.297.330	2.371.992	(2.371.488)	(2.275.923)
Total	75.271.783	2.305.190	2.379.178	(2.383.114)	(2.285.986)

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	Semestres	
	2023	2022
Contratos		
Swaps	(890.199)	(415.105)
NDF	(8.471)	(19.874)
Total	(898.670)	(434.979)

8. Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	30/06/2023	31/12/2022
Operações de crédito	18.794	26.677
Financiamentos	18.794	26.677
Total de operações de crédito	18.794	26.677
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(11)	(11)
Total de operações de crédito	18.783	26.666

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

	30/06/2023						
Nível de Risco	Comércio	Indústria	Pessoas físicas ⁽¹⁾	Rural	Total	Provisão Adicional	Provisão Total
AA	12.910	243	4.695	946	18.794	(11)	(11)
Total	12.910	243	4.695	946	18.794	(11)	(11)

	31/12/2022						
Nível de Risco	Comércio	Indústria	Pessoas físicas ⁽¹⁾	Rural	Total	Provisão Adicional	Provisão Total
AA	13.087	1.929	10.926	735	26.677	(11)	(11)
Total	13.087	1.929	10.926	735	26.677	(11)	(11)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

(1) Refere-se, principalmente, à carteira de recebíveis cujo risco está associado exclusivamente à empresa cedente.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

30/06/2023						
Nível de Risco	SalDOS da carteira			Nível de Provisão	SalDOS da provisão	
	Curso Normal	Total da Carteira	%		Provisão Adicional	Provisão Total
AA	18.794	18.794	100,00	—	(11)	(11)
Total	18.794	18.794	100,00		(11)	(11)

31/12/2022						
Nível de Risco	SalDOS da carteira			Nível de Provisão	SalDOS da provisão	
	Curso Normal	Total da Carteira	%		Provisão Adicional	Provisão Total
AA	26.677	26.677	100,00	—	(11)	(11)
Total	26.677	26.677	100,00		(11)	(11)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	30/06/2023	31/12/2022
A vencer até 90 dias	9.453	1.839
De 91 a 360 dias	9.341	24.838
Total	18.794	26.677

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	30/06/2023		31/12/2022	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	17.680	94,07	19.544	73,26
20 seguintes maiores devedores	1.114	5,93	5.653	21,19
50 seguintes maiores devedores	—	—	1.480	5,55
Total	18.794	100,00	26.677	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Semestres	
	2023	2022
Crédito com características de concessão de crédito		
Saldo inicial	(11)	(14)
Reversões líquidas de constituições	—	7
Saldo final	(11)	(7)

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 a Entidade não registrou constituições líquidas de reversão com provisão para perdas associadas à garantias prestadas. Já com relação à recuperações de créditos baixados para prejuízo, o montante foi de R\$ 32 (2022 - R\$ 320).

Não houve renegociação e créditos baixados como prejuízo nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

g) Composição do resultado de operações de crédito

	Semestres	
	2023	2022
Financiamentos	1.714	372
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	32	320
Total	1.746	692

9. Ativos fiscais

Ativos fiscais correntes

	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	25	—	8.479	—
Total	25	—	8.479	—

Ativos fiscais diferidos

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração da Entidade constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e base negativa em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade da Entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Constituição	Realização	Saldos em 30 de junho de 2023
Provisão para outros pagamentos	2.519	213	(112)	2.620
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3	—	—	3
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	10.931	865	(79)	11.717
Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	32		(10)	22
Benefícios à empregados CPC 33	2.421	483		2.904
Total	15.906	1.561	(201)	17.266

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Provisão para outros pagamentos	2.555	420	(456)	2.519
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4	2	(3)	3
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	9.554	1.383	(6)	10.931
Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	27.639	227.231	(254.838)	32
Benefícios à empregados CPC 33	1.804	895	(278)	2.421
Total	41.556	229.931	(255.581)	15.906

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Constituição	Realização	Saldos em 30 de junho de 2023
Provisão para outros pagamentos	2.015	170	(90)	2.095
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2			2
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.744	692	(64)	9.372
Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	26		(8)	18
Benefícios à empregados CPC 33	1.937	386		2.323
Base negativa de contribuição social	33.549		(18.937)	14.612
Total	46.273	1.248	(19.099)	28.422

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Provisão para outros pagamentos	2.044	336	(365)	2.015
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3	1	(2)	2
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	7.642	1.107	(5)	8.744
Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	22.112	181.785	(203.871)	26
Benefícios à empregados CPC 33	1.443	716	(222)	1.937
Base negativa de contribuição social	48.530	—	(14.981)	33.549
Total	81.774	183.945	(219.446)	46.273

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	30/06/2023					
	2023	2024	2025	2026	2027	Demais anos
Provisão para outros pagamentos	130	450	255	255	255	1.275
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3	—	—	—	—	—
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	23	1.145	1.060	3.261	1.037	5.191
Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	22	—	—	—	—	—
Benefícios à empregados CPC 33	—	323	323	323	323	1.612
Total	178	1.918	1.638	3.839	1.615	8.078

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	30/06/2023					
	2023	2024	2025	2026	2027	Demais anos
Provisão para outros pagamentos	104	360	204	204	204	1.019
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2	—	—	—	—	—
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	18	916	848	2.610	830	4.150
Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	18	—	—	—	—	—
Benefícios à empregados CPC 33	—	258	258	258	258	1.291
Base negativa da contribuição social	—	12.900	1.712	—	—	—
Total	142	14.434	3.022	3.072	1.292	6.460

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

⁽¹⁾ A lei tributária determina que o ajuste a valor de mercado dos derivativos seja tributado somente na liquidação e por isto é constituído crédito tributário diferido. Nesta rubrica está informado o saldo total líquido entre ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e sobre o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 33.088 (31/12/2022 – R\$ 48.852) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços sendo alíquotas de 25% e 20% para imposto de renda e contribuição social. Com a edição da Medida Provisória 1.115/2022 convertida na Lei 14.446/2022, a alíquota a CSLL foi majorada em 1% entre agosto de 2022 e dezembro de 2022 para os bancos comerciais e de qualquer espécie vigorando à alíquota de 21%, retornando a 20% em 2023..

10. Outros ativos - Diversos

	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	35.327	349.584	34.503	337.532
Outros ativos diversos	—	529	—	295
Total	35.329	350.113	34.503	337.827

11. Investimentos

Em 30 de junho de 2023 os investimentos eram compostos, basicamente, por obras de arte no valor de R\$ 223 (31/12/2022 - R\$ 223).

12. Imobilizado de uso

	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	28.617	—	28.617	28.617	—	28.617
Edificações	3.677	(3.677)	—	3.673	(3.673)	—
Instalações	569	(569)	—	573	(573)	—
Total	32.863	(4.246)	28.617	32.863	(4.246)	28.617

13. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por captações e repasses referem-se a recursos para aplicação ou repasse no mercado local. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial, quando aplicável, e à taxa de juros que variam de 5,85% a 6,01% ao ano (31/12/2022 - de 4,16% a 5,07% ao ano).

a) Obrigações por empréstimos

	30/06/2023		
	Até	Acima de	Total
	3 Meses	1 ano	
No exterior	289.452	6.035.616	6.325.068
Total	289.452	6.035.616	6.325.068

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 ano	Total
No exterior	104.665	3.922.060	2.610.621	6.637.346
Total	104.665	3.922.060	2.610.621	6.637.346

b) Obrigações por repasses

	30/06/2023	
	De 3 a 12 Meses	Total
No exterior	123.076	123.076
Vinculados a repasses a mutuários	19.883	19.883
Vinculados a títulos federais	103.193	103.193
Total	123.076	123.076

	31/12/2022	
	De 3 a 12 Meses	Total
No exterior	131.893	131.893
Vinculados a repasses a mutuários	10.101	10.101
Vinculados a títulos federais	121.792	121.792
Total	131.893	131.893

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com obrigações por empréstimos e repasses registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	Semestres	
	2023	2022
Contratos		
Empréstimo no exterior ⁽¹⁾	(215.074)	(19.476)
Repasses no exterior	(3.423)	8.363
Total	(218.497)	(11.113)

⁽¹⁾Refere-se principalmente aos efeitos de variação cambial apurada na posição dos instrumentos.

14. Passivos fiscais

	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Passivos fiscais correntes				
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro do período	93.450	—	33.723	—
Provisão para impostos e contribuições a recolher	2.665	—	2.444	—
Total	96.115	—	36.167	—

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

Passivos fiscais diferidos

Provisão para impostos e contribuições diferidos ⁽¹⁾	79.934	—	75.309	—
Total	79.934	—	75.309	—
Total passivos fiscais	176.049	—	111.476	—

⁽¹⁾ Provisão para impostos diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes basicamente do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários para negociação e dos instrumentos financeiros derivativos.

15. Provisões e outros passivos diversos

	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões				
Provisão para contingências (nota 16)	35.420	42.796	34.611	40.461
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	1.137	—	1.014	171
Provisão para garantias financeiras prestadas	—	4	—	4
Plano de benefício pós-emprego ⁽²⁾	20.783	—	18.653	—
Total	57.340	42.800	54.278	40.636
Outros passivos diversos				
Credores diversos - Banco mandatário ⁽³⁾ (nota 24.b)	2.307.118	—	2.858.370	—
Diversas	1.186	—	1.743	—
Total	2.308.304	—	2.860.113	—
Total provisões e outros passivos diversos	2.365.644	42.800	2.914.391	40.636

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a valores de provisão referentes ao CAP e bônus.

⁽²⁾ Refere-se ao déficit do benefício pós-emprego do Plano Médico de Benefício Definido administrado pela Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada.

⁽³⁾ Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.

16. Passivos contingentes e obrigações legais

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	35.327	5.428	34.503	5.191
Provisão para contingências - Trabalhistas	93	1.153	75	996
Provisão para contingências - Cíveis	—	36.215	33	34.274
Total	35.420	42.796	34.611	40.461

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Entidade tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 35.327 (31/12/2022 - R\$ 34.503): trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009. Em dezembro de 2018 a Entidade protocolou nos autos do processo a desistência da parcela remanescente. Aguarda-se a apuração dos valores a serem convertidos em renda e dos valores que serão levantados pela Entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

Fiscal - Exclusão ISS na base de cálculo PIS/COFINS - R\$ 356 (31/12/2022 - R\$ 329): trata-se de Mandado de Segurança visando questionar a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como pleitear a restituição de valores recolhidos na atual sistemática. Processo sobrestado com decisão favorável à Entidade até o julgamento da repercussão geral do tema pelo STF.

Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 533 (31/12/2022 - R\$ 519): trata-se de ação ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão judicial de segunda instância.

Cível - Ação indenizatória - R\$ 13.973 (31/12/2022 - R\$ 13.448): ação em que o Autor pleiteia o pagamento da correção monetária integral no período de aplicação dos seus ativos financeiros. Julgada procedente. Pendente de julgamento de Recurso Especial.

Trabalhista: As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações cíveis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Para a área de Corporate Bank, o valor limite das ações trabalhistas massificadas foi estendido de R\$ 500 para R\$ 800, considerando o efeito da inflação dos últimos 8 anos.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 461.456 (31/12/2022 - R\$ 458.726), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 52 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 6.951 (31/12/2022 - R\$ 6.550), dos quais 4 processos são tidos como estimáveis. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 88.494 (31/12/2022 - R\$ 86.128): trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS.

Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 249.212 (31/12/2022 - R\$ 244.369): valor total estimado de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguardando julgamento no CARF (Tribunal Administrativo).

ISS Atividade Bancária - R\$ 93.045 (31/12/2022 - R\$ 89.398): trata-se de processos fiscais onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. A redução dos valores envolvidos para o tema decorre da decisão do Banco Citibank S.A. de liquidar e encerrar algumas discussões se aproveitando dos benefícios financeiros concedidos pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) instituído pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Aguardam-se decisões judiciais sobre o tema.

ISS Corretagem - R\$ 1.227 (31/12/2022 - R\$ 1.179): trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se julgamento de Embargos à Execução.

Ação Declaratória com preceito cominatório de restituição - R\$ 5.981 (31/12/2022 - R\$ 5.672): os autores buscam a anulação de contratos de repasse e captação de recursos no exterior e seus reflexos. Aguardando a instrução do processo/sentença.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

b) Movimentação das contingências

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldos em 30 de junho de 2023
Fiscais	39.694	10	—	—	1.052	40.756
Trabalhistas	1.071	270	(153)	—	58	1.246
Cíveis	34.307	124	(39)	(124)	1.946	36.214
Total	75.072	404	(192)	(124)	3.056	78.216

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fiscais	37.824	33	—	—	1.837	39.694
Trabalhistas	818	161	—	—	92	1.071
Cíveis	30.924	28	—	(23)	3.378	34.307
Total	69.566	222	—	(23)	5.307	75.072

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social representa o investimento da matriz, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Em 20 de dezembro de 2022, a administração da Entidade deliberou pelo aumento do Capital Social de R\$ 4.100.249 para R\$ 4.423.249, sem emissão de novas ações, mediante aporte, em espécie, pelo Citibank N.A. de capital no valor de R\$ 323.000 efetuado em 27 de dezembro de 2022.

O aumento do capital social foi totalmente integralizado após a aprovação do Banco Central em 20 de fevereiro de 2023.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2023 a Entidade constituiu reserva legal no montante de R\$ 8.864 (31/12/2022 – R\$ 33.174).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos que tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social da Entidade; e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Entidade, estando limitada a 10% do seu capital social.

Em 30 de junho de 2023 não foi constituída reserva estatutária (31/12/2022 - R\$ 250.319, sendo R\$ 225.287 para equalização de dividendos e R\$ 25.032 para reforço de capital de giro).

d) Reservas especiais de lucros

Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não foram constituídas reservas especiais de lucros.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em junho de 2023, a Entidade não pagou dividendos e nem juros sobre o capital próprio (31/12/2022 - R\$ 380.000, debitados da conta "Lucros Acumulados").

f) Outros resultados abrangentes

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda de R\$ 22 (31/12/2022 - R\$ 277) e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de assistência médica R\$ (1.062) (31/12/2022 - R\$ (1.358)).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

18. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	Semestres	
	2023	2022
Rendas de serviços de custódia	39.994	33.675
Rendas de garantias prestadas	64	64
Receitas de serviços prestados à ligadas	3.356	6.760
Rendas de comissão de mediação de negócios	45.629	44.770
Total	89.043	85.269

19. Outras despesas administrativas

	Semestres	
	2023	2022
Despesas de propaganda e publicidade	(350)	(15)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(9.783)	(9.313)
Despesas de serviços de terceiros	(252)	(105)
Despesas de serviços técnicos especializados	(313)	(607)
Despesas de água, energia e gás	(1.965)	(1.665)
Outras despesas administrativas	(375)	(380)
Total	(13.038)	(12.085)

20. Resultado de provisão para passivos contingentes e outras receitas/(despesas) operacionais

a) Resultado de provisão para passivos contingentes

	Semestres	
	2023	2022
Provisão para passivos contingentes		
Reversão de provisão para contingências (nota 16.b)	192	—
Atualização monetária de contingências (nota 16.b)	(3.056)	(2.993)
Despesas com provisões para contingências (nota 16.b)	(404)	(100)
Total	(3.268)	(3.093)

b) Outras receitas/(despesas) operacionais

	Semestres	
	2023	2022
Receitas		
Atualização monetária de depósitos judiciais	12.902	10.603
Reversão de provisões operacionais	—	—
Atualizações e recuperação de impostos	184	870
Outras receitas operacionais	8.966	8.553
Total	22.052	20.026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

	Semestres	
	2023	2022
Despesas		
Despesas com administração de recursos	(14)	(89)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos	—	—
Despesas de serviços prestados à ligadas	(440)	(271)
Outras	(2.718)	(1.178)
Total	(3.172)	(1.538)

21. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda

	Semestres	
	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	322.328	334.649
Resultado antes da tributação sobre o lucro	322.328	334.649
Diferenças temporárias	(6.732)	(18.180)
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(10.275)	(20.929)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	—	(7)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	3.142	3.093
Provisão para outros pagamentos	401	(337)
Diferenças permanentes	13	—
Outras diferenças permanentes	13	—
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais	315.609	316.469
Base de cálculo do imposto de renda	315.609	316.469
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(78.890)	(79.105)
Provisão para imposto de renda	(78.890)	(79.105)
Movimentação da base tributável diferida	(6.732)	(18.180)
Movimentação diferida para imposto de renda	(1.683)	(4.545)
Total da provisão diferida	(1.683)	(4.545)
Total do imposto de renda	(80.573)	(83.650)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social

	Semestres	
	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	322.328	334.649
Resultado antes da tributação sobre o lucro	322.328	334.649
Diferenças temporárias	(6.732)	(18.180)
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(10.276)	(20.929)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	1	(7)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	3.142	3.093
Provisão para outros pagamentos	401	(337)
Diferenças permanentes	13	—
Outras despesas não dedutíveis	13	—
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	315.609	316.469
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	(94.684)	(94.941)
Base de cálculo da contribuição social	220.925	221.529
Alíquota de 20% para contribuição social	(44.185)	(44.306)
Provisão para contribuição social	(44.185)	(44.306)
Base tributável diferida	(101.416)	(22.624)
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	(20.283)	893
Total da provisão diferida	(20.283)	(21.731)
Total da contribuição social	(64.468)	(66.037)

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda, e 20% para Contribuição Social correntes. Para constituição de créditos tributários foram aplicados 25% para o Imposto de Renda e alíquotas de 20% para Contribuição Social

22. Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

	30/06/2023	
	No país⁽¹⁾	No exterior⁽²⁾
Ativo		
Disponibilidades	—	27.646
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.001.637	—
Relações interfinanceiras - ativa	2.307.119	—
Outros ativos	1.098	994
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses	—	(6.325.068)
Outros passivos	—	(278)
Receita/ (despesa)		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	641.228	1.445
Resultado de obrigações por empréstimos e repasses	—	(201.072)
Resultado de operações de câmbio	—	(14)
Receitas de serviços prestados	3.308	—
Outras despesas administrativas	(8.604)	—
Outras despesas operacionais	(344)	—
Resultado não operacional	21.483	—
	31/12/2022	
	Outras partes relacionadas	
	No país⁽¹⁾	No exterior⁽²⁾
Ativo		
Disponibilidades	—	6.139
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.070.375	—
Relações interfinanceiras - ativa	2.858.370	—
Outros ativos	695	1.205
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses	—	(6.769.240)
Outros passivos	(49)	(300)
Receita/ (despesa)		30/06/2022
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	443.931	102
Resultado de obrigações por empréstimos e repasses	—	(19.947)
Resultado de operações de câmbio	—	(13)
Receitas de serviços prestados	6.845	4.595
Outras despesas administrativas	(8.099)	—
Outras despesas operacionais	(293)	(1)
Resultado não operacional	21.542	—

⁽¹⁾ Banco Citibank S.A.; Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Citi Pagamentos e Tecnologia Ltda. e Citi Participações e Investimentos Ltda.

⁽²⁾ Citibank N.A.; Citibank (China) Co. Ltd.; Citibank N.A. Canada; Citibank International Limited; Citibank N.A. United Kingdom; Citibank N.A. United Arab Emirate; Citibank N.A. - Japan; Banco Nacional de Mexico S.A.; Citicorp North America Inc.; Latin American Investment Bank; Citibank N.A. India; Citibank N.A. Bahrain; Citibank Korea Inc.; Citibank Europe plc - GERMANY; Citibank N.A. Italy; Citigroup Global Markets Europe; Citibank Anonim Sirketi; Citibank Taiwan Ltd.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

b) Remuneração da Administração

A Administração da Entidade é composta por sua diretoria executiva que compartilha função com as demais empresas do Conglomerado. Dessa forma, a remuneração global dos administradores é paga por outra entidade do Conglomerado.

23. Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos

i. Plano de aposentadoria

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

ii. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.

Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

iii. Plano de assistência à saúde para aposentados

É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O benefício foi concedido para funcionários e seus dependentes que em 15 de outubro de 2002 possuíam 20 anos de serviço e 45 anos de idade.

De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	30/06/2023	31/12/2022
Valor justo dos ativos do plano	2.051	1.784
Valor presente das obrigações atuariais	(22.834)	(20.436)
Valor total do passivo atuarial	(20.783)	(18.652)

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não ocorreram contribuições, somente os juros da operação.

A política de concessão do benefício de assistência médica para aposentados é distinta entre os empregados da Entidade, tendo como base para definição de elegibilidade ao benefício a data de admissão, a idade e o tempo de serviço na aposentadoria.

Os padrões de cobertura e o custo assumido pelos aposentados variam em função das condições de elegibilidade acima descritas.

Outras hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas definidas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/(receita) para o exercício subsequente. As premissas atuariais foram projetadas em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial	30/06/2023	31/12/2022
Moeda funcional	R\$	R\$
Critério para apuração dos ativos	Ativo posicionado em 30/06/2023 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2022 informado pela Citiprevi
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 5,39% a.a. = 8,95% a. a.	Inflação + 6,16% a.a. = 9,75% a. a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 5,39% a.a. = 8,95% a. a.	Inflação + 6,16% a.a. = 9,75% a. a.
Crescimento salarial médio	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento benefício previdenciário	Não aplicável	Não aplicável
Reajuste do benefício do plano	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,40% a.a.	3,40% a.a.
Taxa de permanência do plano de saúde	100 %	100 %
Crescimento dos custos médicos	Inflação + 4,75% a.a. = 8,31% a.a. Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,25% De 25 a 54 anos: 2,75% De 55 a 79 anos: 4,75% Acima de 79 anos: 2,25%	Inflação + 4,75% a.a. = 8,31% a.a. Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,25% De 25 a 54 anos: 2,75% De 55 a 79 anos: 4,75% Acima de 79 anos: 2,25%
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade geral	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de mortalidade de inválidos	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%
Tábua de entrada em invalidez	Até 20 SM: $0,20/(TS)^{0,26}$ Acima de 20 SM: $0,22/(TS)^{0,32}$ SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço	Até 20 SM: $0,20/(TS)^{0,26}$ Acima de 20 SM: $0,22/(TS)^{0,32}$ SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço
Entrada em aposentadoria	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.
Composição familiar		

iv. Taxa para desconto da obrigação atuarial

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

v. Seguro de vida

A Entidade oferece um seguro de vida para todos os atuais aposentados que também participam do plano de assistência médica e os empregados que tinham 20 anos de serviço e 45 anos de idade em 15 de outubro de 2002. Para fins dos cálculos atuariais o cálculo do plano de saúde contempla os valores associados com o plano de seguro de vida.

24. Outras informações

a) Como parte das atividades normais, a Entidade assume compromissos e responsabilidades com avais e fianças prestadas a clientes apresentados a seguir, os principais critérios e informações utilizados para a constituição da provisão para perdas estão descritos na nota 3.g.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

	30/06/2023	31/12/2022
Beneficiários em garantias prestadas		
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	18.183	18.183
Outras Fianças Bancárias	4	4
Total	18.187	18.187
Provisão para garantias financeiras prestadas		
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	(4)	(4)
Total	(4)	(4)
Total líquido	18.183	18.183

b) O saldo de relações interfinanceiras refere-se, basicamente, a serviços bancários diversos contratados, executados pela Entidade no valor de R\$ R\$ 2.307.118 (31/12/2022 – R\$ 2.858.370).

c) Os ativos não-financeiros foram revisados e nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida no período.

d) A Entidade opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 14,53% (31/12/2022 – 13,76%). Esse índice, conforme faculta a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

e) O resultado não operacional é composto basicamente de receita de aluguel de R\$ 21.905 (30/06/2022: R\$ 21.542).

f) Resultados recorrentes e não recorrentes

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente a Entidade, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	Semestres	
	2023	2022
Lucro líquido contábil	177.287	184.962
<i>Eventos Não recorrentes</i>		
Crédito tributário por majoração alíquota Contribuição Social	—	(893)
Lucro líquido recorrente	177.287	184.069

g) Plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966

Visão Geral

O Conselho Monetário Nacional emitiu em 25 de novembro de 2021 a Resolução nº 4.966, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, que dispõe sobre os novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

- i. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- ii. constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:

- a. ativos financeiros;
- b. garantias financeiras prestadas; e
- c. compromissos de crédito e créditos a liberar que atendam a pelo menos uma das seguintes características:
 1. o compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
 2. a instituição não tem capacidade de cancelar, bloquear ou suspender o contrato ou o desembolso dos recursos ou não executa o cancelamento, bloqueio ou suspensão na gestão cotidiana normal do instrumento financeiro; ou
 3. a instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte;

- iii. designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e
- iv. evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

Plano de implementação

O plano de implementação, colocado à disposição para consulta pelo Regulador local, foi aprovado pela Diretoria da Instituição em 2022, sendo a ele incorporadas regularmente as atualizações normativas.

A estrutura do plano prevê as etapas de:

- Planejamento, análise de impacto e revisão da arquitetura - 2022
- Especificação dos requerimentos e desenvolvimento pelos times de tecnologia - 2023
- Conclusão do desenvolvimento, Testes e Paralelo - 2024
- Implantação e acompanhamento Pós Implantação - 2025

As atividades estão distribuídas em três frentes de trabalho com suporte direto dos times de tecnologia e infraestrutura:

- Escrituração contábil e fiscal: atuação na definição dos roteiros e políticas contábeis.
- Modelo de perdas esperadas: atuação definição do novo modelo de perdas esperadas.
- Reportes Regulatórios: atuação na adaptação dos documentos enviados para os Reguladores locais a fim de se adequarem ao contexto da nova base normativa.

Todas as frentes de trabalho contemplam atividade de definição de governança, controles e do modelo de arquitetura a ser adotado; este último com suporte dos times de tecnologia e infraestrutura.

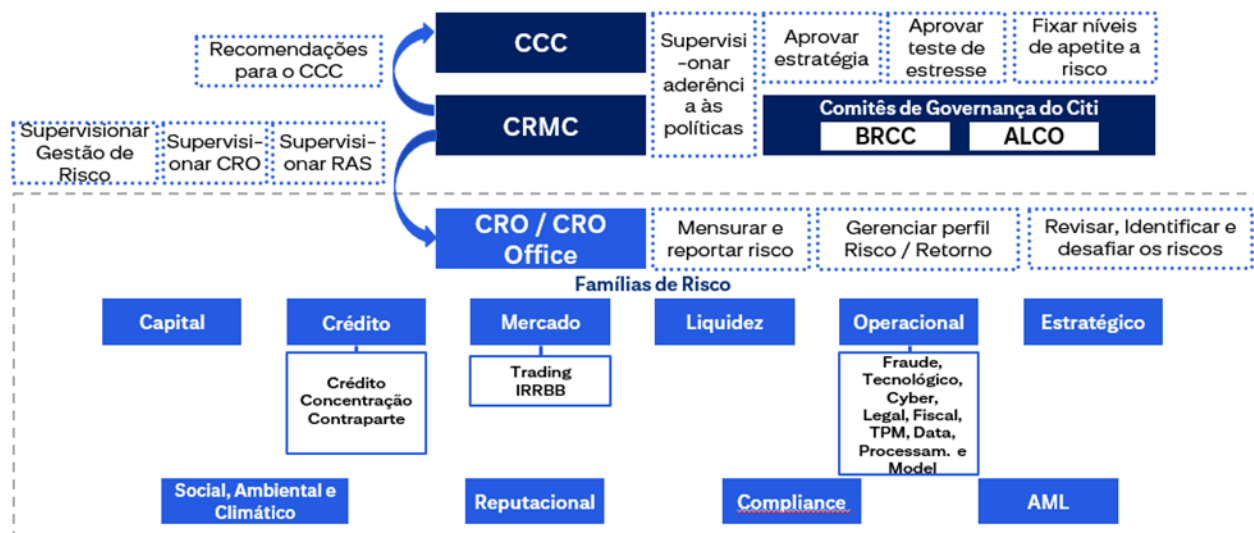
A estratégia relacionada a recursos escolhida segue modelo híbrido, tendo time multidisciplinar composto por colaboradores da Instituição e consultores externos.

Os produtos com impacto de maior complexidade são Operações de Crédito, Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários, sendo previsto no orçamento da instituição exclusivos ao projeto.

A adaptação para a nova base normativa é avaliada como sendo de alta complexidade com impactos de larga escala.

25. Gerenciamento integrado de Riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A, na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução nº 4.557 (e alterações posteriores) do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

- **Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.
- **Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, *Interest Rate Risk on Banking Book* - IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental e climático, estratégico, reputacional, além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.
- **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

Para maiores informações sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Relatórios - Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

25.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

25.2. Gerenciamento de risco operacional

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa: O objetivo é supervisionar as atividades de risco das unidades da primeira linha de defesa e desafiar a efetividade dos controles assim como por assegurar de forma consistente a gestão do Risco Operacional nos diversos negócios e funções da franquia.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a conformidade das áreas de negócio e reporta os resultados de suas avaliações de forma contínua e independente à gerência.

Funções de Controle e Suporte: Finanças, Recursos Humanos e Jurídico entre outras são áreas responsáveis por projetar, implementar e manter um ambiente de controle robusto aumentando a eficácia dos controles. Essas funções podem operar dentro e/ou entre empresas gerenciadas e podem ser responsáveis por aconselhar, contribuir para executar e/ou supervisionar os controles chave para suportar a gestão eficiente e efetiva do Risco Operacional.

25.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*)

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre “Negociação” e “Bancária”; v) apreçamento e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade / Demonstrativo Financeiro

A análise de sensibilidade sendo considerados os principais fatores de risco da Entidade, segregados em carteira de *Negociação* (que engloba produtos como derivativos e títulos públicos) e carteira *Bancária* (com produtos como operações compromissadas com finalidade de gerenciamento de liquidez, depósitos e títulos públicos).

Carteira de Negociação

30/06/2023

Cenários

Fatores de Risco	Descrição	I	II	III
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré - fixada	(219)	(45.964)	45.964
Cupom de dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(8)	(913)	913
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	—	13	(13)
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	3.094	31.254	(31.254)
Total		2.867	(15.610)	15.610

31/12/2022

Cenários

Fatores de Risco	Descrição	I	II	III
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré - fixada	(177)	(31.847)	31.847
Cupom de dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(7)	(905)	905
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	—	(1)	1
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	2.038	24.451	(24.451)
Total		1.854	(8.302)	8.302

Carteira Bancária

30/06/2023

Cenários

Fatores de Risco	Descrição	I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré - fixada	57	17.803	(17.803)
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	31	3.409	(3.409)
Total		88	21.212	(21.212)

31/12/2022

Cenários

Fatores de Risco	Descrição	I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré - fixada	286	85.776	(85.776)
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	14	1.375	(1.375)
Total		300	87.151	(87.151)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

Descrição dos cenários de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020:

Cenário I: Impacto no resultado causado pela variação de 1 ponto-base nas taxas de juros (Taxas de juros nominais em reais, Cupom IPCA, Cupom dólar, Taxa de juros de outras moedas) e 1% em moedas estrangeiras, índices e ações.

Cenários II e III: Utilização de choques positivos e negativos baseados em um cenário interno de estresse, que é utilizado para estimar possíveis perdas que poderiam zerar um ano de lucros da tesouraria e, portanto, utilizados para avaliar os limites de risco da tesouraria de acordo com o *Risk Appetite Policy*, e descrito no Caderno de Risco de Mercado e Liquidez. O choque proposto é o percentil 99,97% da distribuição de retornos para tais períodos de retenção. Nesse caso, considerou-se também o percentil 0,03%, uma vez que as posições podem estar compradas ou vendidas em períodos diferentes. Assim, adotou-se, como critério, a média das causas.

O período de retenção é de 5 dias para Carteira de *Negociação* e 20 dias para a Carteira *Bancária*.

Choques Cenário II:

Carteira de Negociação			Carteira de Banking		
Fatores de Risco	Unidade	Choque	Fatores de Risco	Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	210	Taxa de juros nominais	bps	310
Cupom IPCA	bps	150	Cupom Dólar	bps	210
Cupom Dólar	bps	120	Taxa de juros de outras moedas	bps	110
Taxa de juros de outras moedas	bps	68			
Moeda Estrangeira	%	10			

Choques Cenário III:

Carteira de Negociação			Carteira de Banking		
Fatores de Risco	Unidade	Choque	Fatores de Risco	Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	(210)	Taxa de juros nominais	bps	(310)
Cupom IPCA	bps	(150)	Cupom Dólar	bps	(210)
Cupom Dólar	bps	(120)	Taxa de juros de outras moedas	bps	(110)
Taxa de juros de outras moedas	bps	(68)			
Moeda Estrangeira	%	(10)			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de Reais)

25.4. Gerenciamento de risco de crédito

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

25.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Citigroup, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

A Liquidez do Banco Citibank Brasil é gerenciada de forma agregada através do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelas entidades legais que satisfazem os critérios de fungibilidade e responsabilidade definidos na Política de Liquidez.

A estratégia de financiamento e gerenciamento de risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é documentada seguindo um calendário que visa garantir a revisão e atualização de métricas, relatórios, limites e gatilhos, projeções de entradas e saídas de caixa, plano de contingência e gestão do risco de liquidez intradiário. Essa revisão segue um regimento que contempla aprovações dos gestores de risco local e regional além do comitê *ALCO (Asset and Liability Committee)*.

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil utiliza medidas de estresse como suas principais métricas para identificar, monitorar e gerenciar o risco de liquidez. As métricas utilizadas permitem ao banco monitorar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, garantindo a manutenção do estoque adequado de ativos líquidos de alta qualidade mesmo em condições extremas de mercado. Adicionalmente, o banco conta com alguns outros índices de liquidez que permitem identificar o perfil de captação de recursos da instituição e garantir a diversificação dessas fontes.

25.6. Gerenciamento de risco socioambiental e climático

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327/14, nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB 14 (Sistema de Autorregulação Bancária), estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental e Climático, acompanhado das iniciativas e compromissos globais que a Organização assumiu para os temas ambientais, sociais e de governança que refletem as operações locais.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Para maiores informações sobre os compromissos ambientais, sociais e governança do Citi consulte o site <https://www.citigroup.com/citi/about/esg/> (não auditado)

25.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de métricas e indicadores que monitoram os riscos relevantes.

25.8. Relatório de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3

Este documento divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO

(Em milhares de Reais)

Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 em atendimento a Resolução 3198/04, que foi revogada pela Resolução 4910/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- i. avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- ii. avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- iii. avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2023 à 28 de agosto de 2023, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Controles Internos (IBRC), em conformidade com a Resolução nº 2.554 relativo ao ano calendário de 2022 (substituída pela Resolução 4.968), do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os trabalhos gerenciados pelo CRO do Citi Brasil para garantir o cumprimento da Resolução CMN 4.557/17 com o objetivo de avaliar e garantir o gerenciamento integrado de riscos.

d. Em atendimento a Resolução nº 4.860/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2022, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 28 de agosto de 2023, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023; (ii) dos assuntos de destaque do semestre; e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

Comitê de Auditoria

A DIRETORIA

Camila Rangel Abreu - Contadora - CRC: MG-086906/O



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e à Diretoria do
Citibank, N.A. – Filial Brasileira**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3